

Resenhas

A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)

autora	Heloísa Helena Pimenta Rocha
cidade	Campinas/São Paulo
editora	Mercado de Letras/ FAPESP
ano	2003

Fruto da tese de doutoramento da autora, defendida em 2001, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, essa obra circunscreve-se em um conjunto de trabalhos historiográficos, oriundos de mudanças propostas por trabalhos elaborados em meados da década de 1980 e início de 1990, que introduziram novos métodos de análise, substituindo, paulatinamente, o enfoque filosófico-sociológico por um histórico-historiográfico, além de crítica documental e criatividade na descoberta de variadas fontes. Passou-se a utilizar, como fonte, documentos diversos daqueles utilizados pela geração das décadas de 1970 e 1980, que demarcavam seus temas e periodização a partir dos documentos oficiais e legislações, subsidiados por uma análise marxista da história da educação.

Vinculando-se a esse novo modelo, Rocha (2003) fundamenta seu texto por meio da história cultural ao analisar os mecanismos de intervenção social utilizados pelo Instituto de Hygiene na sociedade paulista, pautada por um modelo de educação sanitária, desde sua criação em 1918, em São Paulo, até a Reforma do Serviço Sanitário, conhecida como Reforma Paula Souza, em 1925. Utiliza autores como Chartier e Certeau e categorias como *práticas culturais*, *representações* e *apropriação*, para tratar dos modelos de higiene difundidos pelos “homens de ciência” para a *limpeza* dos hábitos da população paulista no início do século XX.

Esses especialistas não foram considerados, nessa obra, um grupo uniforme, tendo em vista a evidência das disputas existentes

dentro do próprio instituto. Ao destacar as disputas internas existentes a autora permite compreender a posição política de muitos médicos, suas alianças e os conflitos em relação às posições tomadas pela Fundação Rockefeller, ao tomar como fonte as correspondências trocadas por representantes da fundação e do instituto. A autora, entretanto, não se restringe a elas, usa processos, anais, atas, relatórios, teses, manuscritos, separatas, folhetos e conferências, bem como textos divulgados pela imprensa (jornais).

A autora, também, trata da política de formação sanitária de educadoras, pela qual os médicos intervinham, de forma mediada, nas atividades realizadas em sala de aula. Utiliza as fotografias para destacar os dispositivos de formação das educadoras sanitárias, demonstrando o papel desempenhado pelos médicos e pelas professoras na educação das crianças nas décadas de 1910 a 1920. Para tanto, analisa a utilização de impressos destinados à formação das crianças como as cartilhas, destacando sua materialidade, e sua apropriação nas escolas. A educação sanitária, nesse período, passou a não ter apenas o propósito de curar ou prevenir; o objetivo era mais ambicioso, procurou-se a formação de consciências.

Na introdução de seu livro destaca a importância que os médicos higienistas e sanitaristas tiveram para resolver questões sociais relacionadas à higienização da população e difusão de hábitos e costumes, tendo em vista os problemas enfrentados pela cidade de São Paulo com o advento do progresso. O Instituto de Hygiene foi um dos locais destinados a essa finalidade, tornando-se “um espaço importante na articulação de estratégias voltadas para a veiculação da mensagem da Hygiene no universo escolar” (p. 14).

O capítulo I, intitulado “Da desordem urbana à ordem racional”, trata das modificações por que passou a cidade de São Paulo no transcorrer do século XIX para o século XX. Essas modificações ocorreram em função do progresso que trouxe novas nuances para a cidade. O número de escolas aumentou, assim como os dos bairros, da população, e, com o progresso, ficaram evidentes, também, a miséria e a falta de hábitos saudáveis que não se coadunavam ao crescimento urbano e ao que se compreendia por civilidade. Ao fazer referência às diferentes representações do progresso da cidade, por meio de memorialistas como Rodrigo Otávio e Moreira Pinto, Rocha (2003) evidenciou os contrastes e os conflitos entre o velho

e o novo, entre a degenerescência presente nos antigos hábitos e a prática salutar dos novos hábitos.

Para resolver os problemas da proliferação de doenças que se multiplicavam como os cortiços e habitações coletivas pelo agrupamento de um grande número de pessoas, bem como a criação e utilização de ambientes adequados para as escolas, por exemplo, era necessário que fossem tomadas algumas medidas de intervenção social, o que se verificou com as ações realizadas pelos médicos, pautadas por um discurso de cientificidade.

Em “O lugar da ciência” tem destaque a configuração do Instituto de Hygiene, a partir das disputas parlamentares em torno de sua oficialização, e críticas do jornal *O Estado de S. Paulo*, tendo em vista as dificuldades em definir sua função em relação à saúde pública. A “criação do Instituto (foi) ‘fruto da cooperação’ entre o governo do Estado de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller” (p. 49), e começou a ser gestado a partir de 1915, quando foram realizados estudos sanitários no Brasil por uma comissão norte-americana. Uma das preocupações reinantes na Fundação Rockefeller referia-se à formação sanitária, que deveria ser ministrada em uma escola específica: o Instituto de Hygiene.

Ao adotar o modelo norte-americano de educação sanitária, muitas críticas foram feitas quanto à desnacionalização da medicina, mas esses não foram os únicos obstáculos enfrentados na implementação do instituto; questões como o local de funcionamento do prédio, a aquisição de equipamentos e, principalmente, a afirmação do instituto como “condutor da política sanitária”, de acordo com o doutor Paula Souza, estavam em disputa. Muitos desses embates e as posições assumidas são analisados pela autora a partir da correspondência entre os *homens de ciência*.

O capítulo III, “Novos agentes, novas práticas”, trata do conjunto de ações realizadas por esses *homens*, ao intervir na sociedade. Uma das estratégias foi a utilização da fotografia que “exerceu um importante papel de documentação, registro e divulgação das práticas de intervenção, dos hábitos de higiene e das práticas de educação sanitária [...]” (p. 102). Fazendo referência a Barthes, a autora procurou analisar a fotografia com um dispositivo de convencimento da necessidade de práticas civilizadas de higiene e não como “efeito da realidade” (p. 105), ressaltado em fotografias, por exemplo, que retratavam as habitações coletivas e as enchentes.

A saúde pública desencadeia, nas primeiras décadas do século XX, um movimento de reconfiguração das fronteiras do campo médico que, a par da instituição de novas concepções, busca instaurar novas práticas, ao mesmo tempo em que passa a exigir o concurso de novos agentes [p. 125].

A preparação da consciência sanitária da população era premente e, para tanto, fazia-se necessário proporcionar, no instituto, a “formação sanitária especializada” destinada aos médicos, bem como cursos de especialização e de formação das “mensageiras da saúde”. As educadoras sanitárias teriam a função de difundir às crianças e aos jovens os bons hábitos de higiene que seriam incorporados por suas famílias.

Houve a preocupação, portanto, por parte dos médicos, em elaborar várias estratégias com o intuito de transformar uma população pobre e sem modos em uma população (con)formada ao mundo moderno.

No capítulo IV, “A exposição dos comportamentos exemplares”, retoma a análise sobre o uso das fotografias como instrumento de disciplinarização de sentidos, de corpos e mentes.

As operações de moldagem do corpo infantil, representadas por meio da fotografia, deixam claro que não bastava intervir sobre a cidade, promovendo o remodelamento do espaço urbano, era necessário ir além, moldando o corpo e a alma das crianças [p. 167].

Cenas das aulas das educadoras sanitárias, registradas por meio das fotografias, permitem compreender algumas das práticas escolares, constituindo “um material de propaganda das novas formas de intervenção” (p. 166) nas escolas. Ao utilizar a escola como lócus propagador da civilidade, as educadoras sanitárias não se restringiam apenas à sala de aula, utilizavam, também, os pátios, utilizados para as “práticas de escovação de dentes” (p. 167).

Observa-se, assim, a relevância da educação primária para a obra empreendida pelo saber médico nas primeiras décadas do século XX. Era necessário empreender, desde a mais tenra idade, ações que moldassem a criança em relação à moral e à higiene; mas, para isso, os professores deveriam mudar seus métodos, adequados aos padrões médico-científicos, para que pudessem formar *consciências sanitárias*.

Nesse capítulo, ao realizar um estudo sobre a intervenção da medicina na escola, Rocha (2003) apresenta os dispositivos de controle como a inspeção dos alunos e o exame do espaço escolar, entre outros. Essa intervenção não se dava apenas por meio de visitas e inspeções; ela também acontecia com a utilização da propaganda, como a *Cartilha de Hygiene* que inculcava hábitos modernos e civilizados.

A leitura de *A higienização dos costumes* permite entender a configuração do saber médico no intuito de forjar as práticas escolares nas primeiras décadas do século XX, o que contribui, de forma contundente, para os estudos historiográficos em que os campos da medicina e o da educação se articulam. A utilização de dispositivos que procuravam atestar sua relevância e autoridade possibilitou aos médicos se consolidar, no período, como agentes sociais fundamentais para a conformação da população.

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela
Doutoranda do Programa de Educação: História,
Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC-SP)

Endereço para correspondência:
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela
Rua 33, 1.820
Bairro Natal – Ituiutuba-MG
CEP 38300-030

Recebido em: 18 mar. 2008
Aprovado em: 8 abr. 2008